

FAMÍLIAS E REDES DE ASSISTÊNCIA EM PELOTAS/RS: REFLEXÕES A PARTIR DE UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE EM VILAS DE GRUPOS POPULARES

Fabíola Mattos Pereira*

Resumo: Partindo-se da perspectiva etnográfica, este estudo se volta para preocupações ligadas às dinâmicas de vida dos grupos populares, a partir das relações de reciprocidade estabelecidas entre as famílias e as redes de assistência social organizadas em duas vilas da cidade de Pelotas / RS. Serão apresentadas as lógicas inscritas nestas relações de reciprocidade, em que a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir se apresenta como estratégia para se analisar as inclusões nos programas sociais da assistência. O método etnográfico foi adotado a fim de orientar as interpretações dos dados de campo, e contribuiu no sentido de mapear as ações das redes de assistência organizadas nos universos investigados, e apresentar o ponto de vista das famílias, profissionais e voluntários. Este estudo utilizou-se de dois conjuntos de dados: quantitativos, obtidos a partir de registros domiciliares de todos os beneficiários do programa Bolsa Família, e qualitativos que se realizou em duas vilas da cidade de Pelotas, o loteamento Dunas e a vila Pestano.

Palavras-chave: Famílias de grupos populares. Redes de assistência. Reciprocidade. Desigualdade.

Abstract: Having as a starting point the ethnocentric perspective, this study is aimed to concerns related with the dynamics of life of the working class groups, from the relations of reciprocity established between the families and the social assistance networks organized in two suburbs of the city of Pelotas / RS. It will be presented the logic included in these relations of reciprocities where the triple obligation of giving, receiving and returning is presented as a strategy in order to analyze the inclusions in the social assistance programs. The ethnographic method was adopted with the objective of orienteering the interpretation of the field of study, and has contributed in the sense of mapping the assistance network actions organized in the scope investigated, and present the point of view of the families, professionals and volunteers. This study has used two sets of data: quantitative, obtained from domiciliary registers of all the beneficiaries of the Bolsa Familia program, and qualitative which was conducted in two suburbs of the city of Pelotas, Loteamento Dunas and Vila Pestano.

Keywords: Families of working classes. Assistance Networks. Reciprocity. Inequality.

I INTRODUÇÃO

A discussão proposta para este artigo parte de uma reflexão mais ampla, estabelecida na dissertação de mestrado intitulada: “Acessos, reciprocidades e inclusões: Estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares em Pelotas/RS”, defendida no ano de 2008, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas.

O objetivo maior do trabalho centrou-se na pesquisa sobre a dinâmica de vida dos grupos populares, detendo-se na análise das relações sociais estabelecidas entre as famílias de tais grupos e as redes de assistência, um universo de siglas, instituições, programas e serviços de assistência, que se constituem numa linguagem comum compartilhada por ambos, que implica acesso e inclusão das famílias aos programas e ações da assistência social.

O recorte realizado para fins de discussão neste trabalho analisará as famílias de grupos populares e suas relações com os profissionais e voluntários das redes de assistência, focando nos significados atribuídos por estes sujeitos quando procuram tais redes.

A questão primordial da pesquisa localizou-se na relativização das formas de acesso aos programas e serviços da assistência social, amplamente divulgados como de caráter universal. A maioria dos programas públicos prevê a realização de seleção baseados em critérios de renda per capita, no entanto, o que o estudo aponta é antes a reflexão sobre os critérios negociados nas relações da assistência com as famílias dos grupos populares, os quais são permeados de significados e alianças, elementos estes percebidos na etnografia construída ao longo do trabalho de campo.

Este estudo orienta-se a partir da perspectiva antropológica, priorizando o ponto de vista dos sujeitos que constroem estas relações. A relação que está implícita na realização dos trabalhos de campo, diz respeito ao estabelecimento de uma “experiência próxima e distante”, em que a primeira define o ponto de vista dos sujeitos, dos informantes; enquanto a segunda, o ponto de vista do pesquisador. Sendo assim, o desafio maior de qualquer investigador em campo, encontra-se na sua capacidade de medir a interpretação de ambos. Em outras palavras, a experiência de proximidade vivenciada pelo pesquisador em campo não pressupõe a adoção de atitudes de extrema sensibilidade junto aos informantes, a fim de perceber seus pontos de vista, do desenvolvimento de “capacidades extraordinárias”, ou de até mesmo tornar-se um “nativo”; mas encontra-se nas tentativas de compreender, interpretar os significados culturais e de promover a compreensão de outros seres humanos, segundo Geertz (1997).

Neste sentido, torna-se relevante ponderar a relação de proximidade da pesquisadora com o universo da pesquisa, pois além de moradora de uma das

vilas investigadas, registra-se a realização de outros trabalhos acadêmicos, como o de conclusão de curso sobre gravidez e juventude (PEREIRA, 2004), bem como a inserção como militante dos direitos de crianças e jovens junto a grupos de base da igreja católica. Neste sentido, o exercício de estranhamento foi absolutamente necessário a fim de permitir a discussão que se desejava.

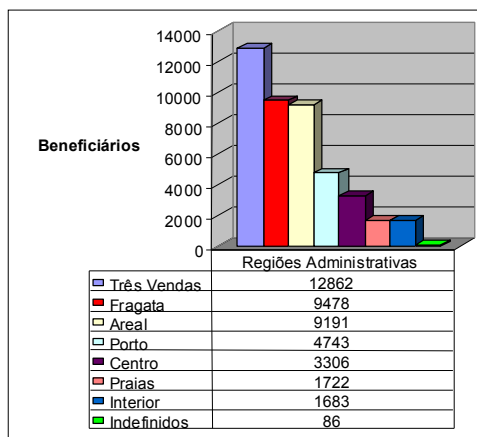
A discussão que será apresentada na continuidade parte dos dados qualitativos, os quais se orientaram a partir de uma etapa quantitativa previamente obtida com o mapeamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família na cidade de Pelotas-RS. Observa-se que os beneficiários deste programa constituíam um universo de 43152 cadastros, que foram exaustivamente classificados de acordo com as grandes regiões administrativas que organizam a gestão municipal. Assim, ranquearam-se as regiões que apresentavam maior índice de famílias beneficiárias, partindo-se, em seguida, para a realização da coleta qualitativa, focando-se na realização de observações etnográficas, entrevistas semi-estruturadas, uso de diário de campo; todos estes orientados a partir do acompanhamento e participação nas rotinas cotidianas das famílias e dos profissionais e voluntários envolvidos com as redes de assistência nas vilas estudadas.

2 OS PROGRAMAS E SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM EVIDÊNCIA

O mapeamento realizado a partir dos dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Cidadania permitiu a identificação das regiões que apresentavam a maior quantidade de famílias beneficiárias. O gráfico a seguir apresenta os dados obtidos na pesquisa quantitativa, cujos maiores valores orientaram a definição pelas vilas Pestano e Dunas, ambas fortemente organizadas em torno da oferta de programas e serviços das redes de assistência, o que torna o levantamento quantitativo relevante e justifica a escolha das localidades para a realização do estudo.

Os dados obtidos compõem um universo de 43152 cadastros individuais. A tabela justifica, baseando-se na expressão percentual dos beneficiários, a escolha de duas regiões administrativas que somadas atingem aproximadamente 50% do total dos benefícios no município. Considerando-se a população média do município para o ano de 2005, 320850 habitantes, pode-se sugerir que a abrangência do Programa Bolsa Família encontra-se em torno de 13,5% da população de Pelotas, desconsiderando-se os demais programas governamentais e não governamentais de assistência¹.

As respectivas regiões administrativas Três Vendas, Fragata e Areal foram aquelas que concentraram maior incidência dos cadastros beneficiados. No entanto, se formos considerar os resultados percentuais para o Fragata e o Areal, a diferença entre eles não se apresenta como significativa, ficando empatados na faixa dos 18% de beneficiados totais do Programa para a cidade de Pelotas.



O Programa Bolsa Família segundo o que pretende a lei de sua criação (lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004) é um programa de transferência de renda mínima. Contudo, para a família ser beneficiária, deverá observar as condicionalidades, que podem ser compreendidas como as contrapartidas a serem cumpridas pelas famílias. Basicamente, o critério para a seleção ocorre pela análise da renda mensal, que estabelece uma linha divisória entre aquelas que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza. Cabe ressaltar que há um limite máximo de renda a ser obtida pelas famílias, independentemente do número de membros que a compoñham.

O instrumento utilizado para seleção das que serão beneficiárias é o cadastro único. Trata-se de um levantamento de dados preenchido por profissionais da assistência social, em sua maioria, assistentes sociais. Ressalta-se que todos os cadastros são enviados para o Ministério de Desenvolvimento Social, o qual fará a seleção definitiva. Assim, a realização do cadastro não garante à família sua imediata

inclusão no programa, sendo sua efetiva inserção ocorrida após o recebimento de um cartão magnético fornecido pela Caixa Econômica Federal, nele estará contido o NIS (Número de Identificação Social), utilizado por profissionais tanto para acessar as informações cadastrais das famílias, quanto pelas famílias para o saque do benefício.

2.1 “ESSAS BOLSAS ACOMODAM OS POBRES, E INCENTIVAM A TEREM MAIS FILHOS”?: SOBRE AS RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE EM GRUPOS POPULARES E SEUS LIMITES

Na apresentação deste trabalho, já fora mencionado sua abordagem antropológica. Neste sentido, a discussão teórica proposta buscou responder a partir desta literatura as questões que se apresentavam em campo. Assim, a adoção da categoria “grupos populares” até ser obtida percorreu uma longa revisão das produções antropológicas que versavam sobre o tema, cujos autores, para além do desenvolvimento dos trabalhos de campo, dirigiam-se a tais grupos pelas mais variadas nomenclaturas, evidenciando-se assim a inexistência de consenso: classes trabalhadoras urbanas, trabalhadores pobres, grupos populares, entre outros, traduzem a variedade de interpretações propostas por esta área do conhecimento.

De modo geral o percurso sobre o tema passou de uma efervescência acadêmica, na década de 80 (FONSECA, 2000), à constituição de um silêncio discursivo no período posterior. Na atualidade, os estudos envolvendo relações de classe no Brasil centram-se nas análises desenvolvidas em camadas médias, destacando-se os estudos desenvolvidos por Gilberto Velho, que pontua no conceito de mediação a possibilidade de “comunicação cultural”. É necessário mencionar que tal postura não pode ser considerada consensual, como é o caso verificado nos estudos de Cláudia Fonseca e Jurema Brites (2006) que questionam a “possibilidade de mediação vista de baixo para cima”, sobretudo quando considerado o contexto das desigualdades sociais no Brasil.

Neste estudo, enfatiza-se a retomada do paradigma do dom de modo particular nas sociedades contemporâneas. Tal abordagem permite compreender nas relações entre famílias e redes de assistência, a precedência do antiutilitário sobre o utilitário, ou seja, para além das motivações econômicas (em muitos casos considerados egoístas). Tanto as famílias quanto os profissionais e voluntários se movem por razões outras, como afinidades e reciprocidades, evidenciando assim a preexistência de vínculos, laços e retribuições quando no credenciamento e seleção das famílias que serão ou não beneficiadas.

A relevância deste referencial para a compreensão das sociedades modernas contrapõe as interpretações que conferem à modernidade como sinônimo de

fragmentação e volatilidade. Nas palavras de Alain Caillé (2002), ao apropriar-se das discussões de Marcel Mauss:

Ao lado da circulação dos bens e serviços no mercado, ao lado da circulação garantida pelo Estado sob a forma de redistribuição, há, com efeito, um imenso continente socioeconômico mal percebido, no qual bens e serviços transitam em primeira instância através dos mecanismos de dom e do contradom. Como se vê, a sociedade primeira, por uma parte, está ainda viva. E, por outra, sob a forma do dom aos estrangeiros e aos desconhecidos, a sociedade moderna dá origem a novas formas de dom que vêm compensar a frieza e o caráter impessoal da socialidade secundária, do mercado, do Estado e da ciência (CAILLÉ, 2002).

A partir desta reflexão, tem-se como premissa neste estudo que antes dos acessos aos benefícios disponíveis nas redes de assistência é necessário observar as regras estabelecidas de dar, receber e retribuir, que dizem respeito ao estabelecimento de uma proximidade primeira com as expectativas de profissionais, voluntários e famílias. Aqui é fundamental a análise do significado dado aos encaminhamentos, que são uma espécie de trajetória que deve ser seguida pelas famílias que desejam acessar as redes de assistência. Estes encaminhamentos são dados durante as reuniões de grupos e, sobretudo, nos atendimentos pessoais quando é o momento em que a família se coloca numa atitude de disponibilidade em aceitar a tríplice obrigação de dar, receber e retribuir (CAILLÉ, 2002). Assim, está implícita neste sentido a agência dos sujeitos pertencentes às famílias dos grupos populares, o domínio dos códigos, as formas de intervir e fazer-se ouvir são questões profundas que levam em consideração a compreensão de que para além dos direitos constituídos legalmente, há uma série de expectativas que devem ser observadas e respeitadas caso a família objetive ser cadastrada e atendida com a maior brevidade possível.

2.2 AS RELAÇÕES DE PROXIMIDADE, OU O QUE AS FAMÍLIAS ESPERAM DAS REDES DE ASSISTÊNCIA

A partir deste ponto, apresentarei os dados de campo que integram uma série de dados qualitativos que foram coletados entre os meses de setembro de 2006 a dezembro de 2007.

No quadro a seguir, é possível verificar o perfil dos participantes da pesquisa. A intenção é permitir a contextualização das falas, a partir de tópicos em torno das trajetórias de vida:

<i>Perfil das famílias vila Pestano / região administrativa Três Vendas</i>					
<i>Informante</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Filhos</i>	<i>Benefícios recebidos</i>	<i>Indicação</i>
Mariane	26	Do lar	03	Fome Zero; grupo de mulheres	Mãe
Carla	43	Diarista	01	Fome Zero; Bolsa Família	Cunhada
Lucimar	46	Do lar	03	Pensão; Bolsa Família; Grupo de Mulheres; AA;	Voluntária
Ana Lúcia	31	Do lar / cortadia	01 + 03	Fome Zero; Bolsa Família	Mãe
Mirela	37	-	01	Fome Zero; Bolsa Família	Mãe
Márcia Karina	26	Dona de casa	02	Bolsa Família; Fome Zero	N.I.
Carolina	35	Do lar	04	Bolsa Família; Fome Zero	Vizinha
Elaine	22	Do lar	03 filhos e cria 02 sobrinhas	Bolsa Família; Fome Zero	Pai e cunhada
Maria de Fátima	46	Do lar	02	Bolsa Família; Fome Zero.	N.I.

<i>Perfil das famílias loteamento Dunas / região administrativa Areal</i>					
<i>Informante</i>	<i>Idade</i>	<i>Ocupação</i>	<i>Filhos</i>	<i>Benefícios recebidos:</i>	<i>Indicação</i>
Sandra	47	Doméstica	03	Bolsa Família;	Voluntária
Viviane	23	Dona de casa	03	Bolsa Família; Fome Zero; Grupo de mulheres; Pastoral da criança	Voluntária
Marciane	28	Dona de casa	04	EJA; Fome Zero; Grupo de mulheres; Bolsa Família	Mãe
Maritânia	43	Diarista	05 filhos e 01 neta	Bolsa Família; Fome Zero	
Berenice	38	Diarista	01	Escola de Educação Infantil; Grupo de mulheres; Pastoral da criança; Fome Zero.	Voluntária (junto com sua prima)
Juraci	48	Do lar	01 + 03 netos	Agente Jovem; Bolsa Família; PETI; ASEMA;	Voluntária
Juliana	35	Faxineira	05	Bolsa Família	
Maria Francisca	40	Doméstica	05	Agente Jovem; LOAS; ASEMA; Bolsa Família	
Dirlene	37	Sucateira	05	Bolsa Família; Agente Jovem; ASEMA; Pensão.	Voluntária

As famílias que desejam acessar os recursos das redes de assistência sabem que necessitam apresentar determinadas habilidades que as qualifiquem como aptas para tal ingresso. Uma das situações previstas é o cumprimento de expectativas e exigências que são impostas para a inclusão das famílias. Estas exigências se dão em torno do preenchimento de formulários, da recepção em casa dos profissionais responsáveis pela seleção e, até mesmo, da participação de grupos religiosos e da submissão às normas de funcionamento dos mesmos, que incluem algumas vezes a limpeza dos ambientes onde ocorrem os atendimentos ou a participação em cultos e orações, o que poderia supor preliminarmente que as famílias se situam num polo passivo, de submissão às regras sociais impostas.

Em diversos momentos dos atendimentos às famílias, realizados em diferentes espaços e em ambas as vilas pesquisadas, sempre havia famílias que ocupavam mais o tempo dos profissionais, sobretudo dos assistentes sociais, e o faziam em grande parte pelo interesse advindo dos questionamentos de um assistente social ou psicólogo. Nestes encontros, algumas atitudes percebidas em campo causavam-me inclusive estranhamento, pela intimidade demonstrada, o que percebi posteriormente como sendo uma prática comum entre elas, pois se constituía numa expressão desta proximidade, do vínculo estabelecido entre ambas.

As *visitas* das assistentes sociais e psicólogas às casas destas famílias devem ser consideradas também um momento de intensa aproximação entre ambas. Situações exemplares foram as duas visitas domiciliares acompanhadas junto às assistentes sociais no Loteamento Dunas. Num destes casos, Maristela, uma das assistentes sociais, domina detalhes do caso que acompanha, não necessitando de fichas com endereço ou qualquer outra referência. Seu interesse em procurar a família se dá com o objetivo de encaminhá-la para uma segunda instituição, sendo o desfecho do encontro mais uma evidência da importância da constituição dos laços entre ambas:

Já na saída, Maristela perguntou à Kátia: 'E, sobre aquele nosso assunto'. Ela respondeu que estava calmo e que não tinha ido mais. [...] Conforme caminhávamos em direção ao CRAS, Daiane foi contando a situação de Kátia, uma moça, que é soro-positivo, é alcoólatra e que muitas vezes deixava sua filha sozinha à noite e saía para beber, e que tem um companheiro que é presidiário. (Registro Diário de Campo / 08 de maio de 2007).

Num outro caso, há também, de forma mais intensa, o reconhecimento e a retribuição por parte das famílias do esforço que é verificado no trabalho dos voluntários. Este é o caso de uma das muitas voluntárias da comunidade católica do loteamento Dunas. Juliete é uma senhora reconhecida pelas mulheres que são por ela atendidas semanalmente no grupo de mulheres, sobretudo pelo empenho e

dedicação verificados em sua atuação. Ela é referida em alguns relatos como uma mulher que, embora abatida por problemas de saúde, cumpre fielmente aquilo que se propõe, mas que também vai além das expectativas:

Eu fico impressionada com ela, com o que ela faz. Ela faz pão, ela vende desinfetante. Ela se acorda cedo, e cedo tu já vê ela com a muletinha, e vai pro centro de a pé e vem. Eu digo, mas eu não faço a metade do que essa mulher faz. E se vira. (Viviane / 23 anos / Loteamento Dunas / Programa Bolsa Família / Fome Zero / Grupo de Mulheres / Pastoral da Criança / Banco de Alimentos Me. Tereza de Calcutá).

E, outra informante afirmando sua profunda admiração e proximidade com Juliete, revela em sua entrevista ter sofrido mudanças em sua maneira de ver e sentir os problemas dos outros. Berenice percebeu essas transformações a partir da sua participação no grupo de mulheres. Além disso, ela também reconhece a pessoa de Juliete como uma guerreira que se doa pelos propósitos dos 'outros': "(A Juliete) é 100%. Ela não mede esforços para ajudar a gente. E ela vai em tudo que é reunião, tá sempre procurando recurso para ajudar a própria comunidade, pra beneficiar nós, também" (Berenice / 38 anos / Grupo de Mulheres / Bolsa Família / Fome Zero / Pastoral da Criança).

Os trechos apresentados acima partem todos de uma consideração e entendimento tácito sobre as famílias que participaram desta pesquisa, a da necessidade de constituição de relações de aproximação e familiaridade (CAILLÉ, 2002); antes mesmo do acesso ou inclusão em determinado programa ou serviço. Nesses relatos, as diferentes e variadas formas de manifestar estas aproximações reconstróem o sentido e a lógica investida pelas famílias quando desejam inserir-se nas redes de assistência. Os diversos eventos que contribuem para aproximar as famílias, profissionais e voluntários, como as visitas, os cadastros e os acompanhamentos em geral, possibilitam preencher a distância dada no primeiro contato, ou então selá-la por definitivo.

Este universo de significados que confere sentido a tais investimentos familiares, desconstrói argumentos do tipo economicista e utilitarista, onde razões de ordem financeira se constituiriam na motivação primeira para as aproximações das famílias junto aos programas e serviços das redes de assistência. Argumenta-se, neste estudo, que as famílias de grupos populares não podem ser compreendidas a partir deste determinismo econômico, cujo viés da análise se dá pelo princípio de privação econômica. No entanto, deve-se ressaltar que é igualmente incorreto interpretar estes movimentos em torno das redes de assistência desconectados do seu aspecto financeiro, embora não possa ser interpretado como o único e mais importante elemento para a compreensão destas práticas.

Dentro desta linha de interpretação, percebe-se que existem certas características consideradas necessárias, e, portanto, apresentadas pelas famílias como importantes para a consolidação das relações de reciprocidade junto aos profissionais e voluntários. Deve-se atentar que existem pessoas com as quais não se estabelecem vínculos ou relações de qualquer natureza, e, com estas, portanto, não são negociadas as expectativas desejadas, como os retornos de encaminhamentos, ou o reforço de intimidades como a realização das visitas ou a oferta de um café a uma assistente social. Assim, quando não se constitui o vínculo, o encaminhamento perde sua eficácia.

Há, portanto, necessidade de se discutir aquelas atitudes que marcam o afastamento das famílias de certas redes de assistência e a conseqüente procura por outras redes. Este é o caso de D. Dirlene, que rompe com uma das instituições da vila onde mora, em que é oferecido serviço de assistência social, e opta imediatamente por outra, que na sua concepção é mais apropriada, por ser mais rápida, por se preocupar mais com a situação pela qual sua família está passando. Junto com seu marido D. Dirlene justifica suas escolhas:

Eu acho que falta muita coisa pra ela ser uma assistente social, porque, assim, no caso, eu tava com tudo na mão, os exames, tudo. O médico disse, a senhora chegue em casa procure uma assistente social, porque elas são obrigadas a encostar o S. Ari. Eu cheguei ali o que que ela me disse, ah, não tu tem que ir lá no INPS. Era uma coisa que ela mesma poderia resolver. [...] Ela não se interessou assim pelo caso. Ai já não procuro muito ela. (Dirlene / 37 anos / Loteamento Dunas / Programa Bolsa Família, Fome Zero, ASEMA, Agente Jovem).

Ao aderir a uma instituição de assistência social, Dirlene apresenta as características do que para sua família se configura como um bom serviço prestado:

Da Maristela e da Vivian e das gurias de lá eu não tenho queixa nenhuma. Tudo o que eu chego lá... Esses tempos mesmo eu não tinha nem o que dar pra eles dentro de casa. Eu cheguei lá e a Daiane, ligou pro MAPEL: Isa, eu to te mandando uma mãe assim, assim, assim... Eu cheguei lá não esperei, ainda deu tempo de a guria (sua filha) ir pro colégio.

A avaliação realizada também por Ana Lúcia direciona-se ao que é percebido como essencial para a aproximação e a identificação com os profissionais e voluntários das redes de assistência, ou seja, o que constitui a troca primeira é a relação de amizade e empatia (CAILLÉ, 2002):

Eu não fui muito com ela. Não sei, ela é diferente. Não sei, eu não conversei muito com ela, só gostei da outra, [...] As outras (assistentes) social, se elas tivessem que vim aqui na tua casa, ela conversava contigo, ria contigo, e essa outra aí ela é, ela é, quieta, tu fala ela não ri, ela não conversa. [...] Essa outra magrinha ela é mais assim, quieta. Se a gente tem que resolver uma coisa já resolve e tchau pra ti. [...] A outra vinha na casa da gente, a gente combinava com ela, fazia um café de tarde e ficava o dia inteiro conversando, ela ia quase perto de fechar o posto. [...] Essa outra, como é que eu vou te dizer assim, ela é fechada, ela conversa contigo, só que ela não tem aquele sorriso como as outras têm. Ela é de resolver o teu problema e não conversar contigo.

Por outro lado, embora as famílias identifiquem as parcerias potencialmente mais apropriadas para a consolidação das relações de proximidade, há também a referência quanto aos limites que são reconhecidos nestas mesmas relações, sobretudo do seu lugar nas redes de assistência. Tais limites justificam a adoção de certas atitudes entre as mulheres, como recuar ou calar-se a fim de permanecer com algumas garantias, evitando com isso a exclusão das redes de assistência. Este foi o caso de D. Dirlene e de Lucimar, ambas reconhecendo seus direitos, insistem pela sua garantia, mas até certo limite, limite este compartilhado entre aqueles que desejam manter suas alianças e contar com certos aliados em situações posteriores.

No caso de Dirlene, ela narrou o conflito que certa vez resolveu não enfrentar, quando seu marido teve atendimento médico negado na Unidade de Saúde próxima de sua casa. A situação atingiu seu ápice quando as enfermeiras negaram atendimento domiciliar ao seu marido, que estava sentindo-se mal em razão de problemas de pressão. A justificativa apresentada pelas enfermeiras era a de que seu marido estava naquela situação porque não comparecia às reuniões do Grupo de Hipertensos, ao qual ele fora encaminhado pela médica do posto, e razão para que tivesse o atendimento negado. Diante desta afirmação Dirlene decidiu levá-lo ao Postinho com carrinho de mão.

Ela relata que argumentou com as enfermeiras dizendo que conhecia os direitos dos idosos, e que “[...] isso eu sei porque elas não passam a perna em mim. Olha, eu sei ler, eu sei o que pode e o que não pode”. Ela, porém, recuou quando avaliou as consequências possíveis que uma atitude mais drástica poderia trazer, e nesta decisão é apoiada pelo marido que participava também da entrevista e ratifica a ação tomada por Dirlene: “A gente podia denunciar é que a gente não quer se incomodar”.

No segundo caso, o contexto que envolve a situação não é o mesmo anterior, mas seu desfecho coloca em evidência o quanto a consciência dos limites das redes de assistência é recorrente e compartilhado entre as famílias. No caso de

Lucimar, que opta por calar-se a sofrer posteriormente as consequências de posicionar-se e enfrentar, a situação é paradigmática:

Eu consultei uma vez com ele e ele me mandou ir pra igreja pra parar de beber e fumar. Eu não dei resposta porque eu sou bem educada, porque eu preciso dali, eu não vou estourar a minha ficha ali. Quanto mais eu fizer pior vai ser pra mim.

A obrigação de retribuir aquilo que é recebido, por intermédio de profissionais e voluntários, justifica em grande medida as decisões tomadas por estas famílias, quando optam por não revidar nestas situações. Nestes casos, é importante perceber que uma vez rompido o vínculo, retorna-se ao ponto inicial, obrigando a família mover-se, outra vez, investindo energias e tempo a fim de inserir-se nas redes de assistência.

E é, sobretudo, na fala de Lucimar que se percebe o investimento na manutenção destas redes já consolidadas, sua expressão final de não “estourar a ficha” conduz a pensar sobre as noções de assistência que estas famílias manipulam com certo equilíbrio. Nesse caso, o discurso médico informa o caráter moralizante e discriminatório de certas práticas dirigidas a estes grupos. No entanto, as estratégias utilizadas por Lucimar para desdobrar-se diante de situações como esta, remete-nos, sobretudo a Clifford Geertz (2001), em especial no seu artigo “Os usos da diversidade”, cujo interesse maior era o de problematizar a forma geral através da qual se manifestariam as consequências da diversidade cultural “assumida hoje em dia pelos conflitos de valores”. Para Geertz (2001) não se trata de apresentar ou discutir quem possui maior ou menor sensibilidade quando diante de determinados contatos culturais, mas sim, de apreender os significados presentes nas ações do ‘outro’, de imaginar-se vivendo num certo sistema simbólico que o permita, ao menos, relativizar suas idéias e concepções sobre os valores culturais que distam dos seus. Assim, o que explica esses distanciamentos:

[...] o que responde por esse sentimento depressivo é a impossibilidade de as pessoas sequer imaginarem, em meio ao mistério da diferença, como seria possível contornar uma assimetria moral perfeitamente autêntica. Tudo acontece no escuro (GEERTZ, 2001).

2.3 A INSERÇÃO NAS REDES DE ASSISTÊNCIA POR INTERMÉDIO DAS CRIANÇAS

A procura pelos serviços de assistência se faz necessária quando a família já não consegue mais prover os filhos com seus rendimentos, seja pela escassez do mesmo, seja pela falta de trabalho remunerado. Em tais situações, quando está

em jogo a manutenção das crianças, é que as mães iniciam a participação nas redes de assistência. Estas razões foram percebidas em quase a totalidade das famílias investigadas, que foi o caso da família de Elaine que relatou o seguinte:

Comecei a me apertar, começou a vim as dificuldades, né, falta de comida, falta de dinheiro, e aí eu saí a procurar. Procurava serviço só recebia um não, não, não. Meu marido a mesma coisa, tanto é que botou currículo até agora nada. A única solução é sair a correr (d)esses programas [...] Bom, aí deixar eles passar necessidade eu não vou, e eu digo, roubar muito menos, porque a gente pode tá passando fome, mas a honestidade em primeiro lugar. Eu digo, eu vou é correr atrás.

A constante presença das crianças em diferentes universos sociais, acompanhando sempre suas mães ou àquelas que se responsabilizam pelos cuidados das mesmas, é revelador de um elemento fundamental para se compreender as estratégias compartilhadas entre as famílias: a de inserirem-se nas redes de assistência a partir da referência às crianças, aos filhos menores.

Em todos os casos estudados, quando se perguntava as exigências para a participação do benefício ou programa que fosse, a resposta era sempre a mesma, ter filhos menores e ser de baixa renda. A situação relatada pela família de D. Dirlene constitui-se em um bom exemplo da inclusão em determinados benefícios, quando são avaliadas as situações dos filhos menores pelos responsáveis da seleção em programas de proteção as crianças e jovens:

Fui atrás porque disseram que tinha psicólogo [...] Era muita complicação, a cabeça tava cheia, eles iam pra padaria, eles andavam sucateando. E elas (as assistentes sociais) disseram que 'Não dona Dirlene a senhora recebendo o Bolsa Escola eles não podem andar na rua. Se um carro pega, se acontece qualquer acidente? Aí o seu benefício vai ser cortado'. Ai foi através disso ai que elas me arrumaram o projeto pra eles.

Na continuidade da entrevista, D. Dirlene revelou que está em busca de outros programas para seus filhos. No caso de seu filho mais velho, a utilização de certas estratégias, em conjunto com as psicólogas e assistentes sociais, foram realizadas com o objetivo de afastá-lo do uso das drogas, o que culminou em sua inclusão em um programa para formação cidadã de adolescentes, o Agente Jovem. A inclusão e participação do rapaz acabaram por abrir caminho para sua irmã, que no ano seguinte será a próxima da família e ser *encaminhada* para participar do mesmo programa.

Atualmente, D. Dirlene procura garantir também para seu filho menor um benefício permanente, dirigido àqueles sujeitos cuja situação de saúde os incapacita

para o trabalho. Nestes casos, os enfermos podem encaminhar uma solicitação, através de um profissional habilitado, para o recebimento de um benefício conhecido por Benefício de Prestação Continuada, direito este que está previsto na LOAS, a Lei Orgânica da Assistência Social, o que foi por Dirlene referido com precisão. O Guilherme, seu filho mais novo, sofre de problemas gástricos provocados pela ingestão de produtos derivados do leite, sua alimentação deve ser controlada e sua dieta equilibrada. A mãe de Guilherme, D. Dirlene, relatou que até pouco tempo recebia certa quantidade de leite através de um órgão da Igreja Católica, o Banco de Leite, mas esclareceu que havia perdido o mesmo benefício pela idade do menino. Guilherme tem 09 anos, e pesa atualmente 19 quilogramas, é muito quieto, e, segundo sua mãe, tem problemas sérios de gagueira.

De acordo com D. Dirlene os exames de encaminhamento do menino, para a solicitação do referido benefício, estão sendo acompanhados através da médica que o acompanha no Posto de Saúde.

Numa outra família, a referência à procura pelos serviços de atenção às crianças é também apresentada, e este se dá como um suporte à rede de assistência, tratando-se, neste caso, de se configurar outra rede, a do ensino formal. Os relatos de Berenice, mãe de Gabriel, apontaram por diversas vezes as preocupações com a socialização do menino, os quais se referiam ao espaço da Escola de Educação Infantil como o de convívio com outras crianças da mesma idade. Acrescenta-se ainda sua persistente preocupação em oferecer um ambiente diferenciado daquele que o menino possui em casa. Para ela, o espaço da casa, por ser pequeno, e do pátio, por ser aberto e sem calçamento, são considerados como perigosos para a criança, que sem os limites de muro e de cerca, fronteiras do espaço da casa e do meio da rua, trariam riscos à criança na medida em que a deixaria exposta ao trânsito de carros e cavalos do local. Assim, a creche, da qual ele participa desde aproximadamente um ano, seria um local que traria ao menino aquilo que lhe falta, indicando as preocupações da mãe em torno do ambiente mais adequado no qual deve viver uma criança:

Então eu levo ele pra escola, né. Ele não tem outro irmão, não tem relacionamento assim, aqui tem a guriazinha que ele brinca, e tudo, mas ele gosta de dá-lhe laço também [...] E ele se desenvolveu bastante também, antes ele era uma criança muito fechada, não brincava muito, tava sempre preso dentro de casa, porque no inverno isso aqui é muito úmido, é um barreiro isso aqui. [...] Então eu não largo ele pra rua, então ele fica muito preso. Por isso que eu levo ele pra escola. Lá é fechado, eles tem brincadeiras, um monte de coisas com os colegas.

A insistência de Berenice para conseguir a vaga do filho na escola, a levou a procurar o lugar repetidas vezes, como ela mesma relatou na entrevista. Contou que quando procurou o local, pela primeira vez, acreditava que seria de fácil acesso, que bastava fazer a inscrição, deixar a criança e seguir trabalhando. No entanto, Berenice narrou que necessitou inscrevê-lo novamente no ano seguinte, submetendo-se à realização de um sorteio até conseguir obter a vaga para o menino. Em razão disso, Berenice optou por cuidar do filho enquanto aguardava pelo chamamento do menino na escolinha, e que só então depois poderia retomar uma vez na semana suas atividades de faxineira.

Em ambas as famílias, a participação das crianças nestes espaços de sociabilidade, como o do ASEMA e da escola de educação infantil, evidencia a preocupação das mães/mulheres com a integração dos filhos menores nestas redes de assistência.

Em diferentes locais, as crianças também não passam despercebidas, ao contrário, elas evidenciam o quanto os espaços são estrategicamente organizados para atendê-las, como no espaço da Unidade de Saúde para as pesagens do Programa Bolsa Família, a organização de espaços como bibliotecas e brinquedotecas nas Comunidades Católicas (ambas organizadas pela Pastoral do Menor e também da Criança), no Comitê de Desenvolvimento Dunas ou, também, no reforço escolar no Centro Comunitário Bom Pastor (Igreja Evangélica de Confissão Luterana) na Vila Pestano.

Nos grupos da Pastoral da Criança, as crianças são atendidas mensalmente para a realização das pesagens e orientações às mães sobre os cuidados com os filhos. A presença massiva das crianças é reveladora da importância que estas possuem para os serviços de assistência. Na celebração da vida, como é chamado pelas líderes comunitárias, o encontro de mães, crianças e voluntárias, são realizadas diferentes atividades dirigidas a este público, o que inclui alimentação, brincadeiras e conselhos às mães para ensinar-lhes cuidados básicos de saúde, como receitas caseiras e dicas sobre os cuidados que devem ser dirigidos às crianças, sobretudo com a intenção de serem evitados acidentes e violências domésticas. Diversos depoimentos referiram a importância deste trabalho para as crianças e para as famílias; o que foi narrado por Berenice é esclarecedor:

Que eu levo ele na pastoral também. [...] Ai eu tiro ele (da escola de educação infantil) umas 3 horas de lá, eu tiro ele e levo, que ai eu explico pras gurias, pras tias dele, ai eu explico, ó, vou levar ele na pastoral, pra ele participar, tudo. E ele é pesado, né, a gente faz um lanche, tem a recreação, tem alguém que brinca com eles, a gente fica conversando.

O trabalho desenvolvido junto às crianças, de acompanhamento do peso e medida das crianças, cujas mães são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, tem finalidade semelhante àquela realizada pela Pastoral da Criança. A peculiaridade do Programa Bolsa Família é a de observar os impactos do recebimento do benefício sobre as questões de saúde e educação das crianças. A lógica de que as mulheres devem ocupar-se das crianças, reforçada por parte do Estado no pré-requisito de titulares dos benefícios sociais, acaba as aproximando ainda mais das redes de assistência, o que pode ser verificado em qualquer pesagem de acompanhamento do Bolsa Família, ou nos horários de entrada e saída das escolas destas duas regiões. Por seu lado, estas instituições também reafirmam o laço entre as mães e as crianças, dirigindo-se àqueles que acompanham às crianças nas pesagens mensais, na forma de questionamentos sobre a saúde e o desenvolvimento do peso e altura destas crianças. E são curiosas, sobretudo, as respostas que são dadas aos profissionais que acompanham as condicionalidades do programa, quando a criança não está acompanhada de sua mãe. Estas se dão, geralmente, fazendo-se a referência de que para responder de forma precisa questões dessa natureza só mesmo perguntando para a mãe da criança.

De maneira geral, pode-se perceber que as medidas de atenção e proteção dirigidas às crianças se constituem num elemento fundamental para a aproximação de suas famílias das redes de assistência. Em todos eles, os discursos evocam repetidamente os cuidados às crianças, e, sobretudo a comoção que elas provocam entre os profissionais e voluntários. As crianças são o ponto de contato entre as famílias e as redes de assistência; ambos estabelecem assim relações de mediações a partir das responsabilidades que possuem com as crianças. Se por um lado as famílias motivam-se a buscar os programas e serviços da assistência para complementar o orçamento familiar e, conseqüentemente, aquilo que é oferecido às crianças, por outro, são elas, as crianças, que mobilizam os recursos e as atenções das redes de assistência.

A frequência junto das instituições é indicativa do interesse das mulheres pela inclusão nos recursos das redes de assistência. Sua visibilidade é fundamental para que passem a fazer parte daqueles que ainda não estão plenamente incluídos, mas interessados em fazer parte dos cadastrados. Muitos foram os relatos que apontaram a necessidade da persistência, da frequência assídua a grupos como pré-requisito para serem chamadas a fazer parte como beneficiárias de certos programas e serviços. Esta foi uma situação relatada por Viviane, que fala sobre o caminho que precisou percorrer até conseguir receber sua sacola do Fome Zero:

Conheci a Juliete pela minha prima que participava do grupo. A Juliete me inscreveu na Pastoral da Criança. Aí fui indo, fui indo, fui indo pra depois ganhar a sacola. A Juliete ainda me castigou, porque tem muitas que vão só

com interesse na sacola, sabe? E eu ia sem ganhar a sacola [...] por isso que a Juliete me botou na sacola também. (Viviane / Bolsa Família / Fome Zero / Grupo de mulheres / Pastoral da Criança).

Em outra situação tem-se a experiência de Elaine que, a partir do nascimento do filho, vê-se também na expectativa de receber a sacola do Fome Zero, mas cujo cadastro não é feito sem antes esperar ser chamada pelas voluntárias da igreja:

Era assim, (recebia) quando sobrava, mas se tu ficava na fila de espera [...] no caso é assim, os que estão cadastrados pegaram, mas os que sobravam pra gente que tava na espera era a mesma coisa que era pros cadastrados. [...] Aí eu pegava na fila de espera, aí quando teve mais oportunidade aí ela me botou no cadastro.

Em geral, as condições que são colocadas às famílias que começam a participar dos programas e serviços são encaradas pelas mulheres como consequência dos benefícios que foram conquistados. Uma espécie de recompensa para profissionais e voluntários, do cumprimento de obrigações, sem as quais não seria possível a permanência dos vínculos e dos benefícios.

A análise que Berenice faz sobre sua participação nas celebrações católicas como uma forma de autoajuda, de reflexão e encontro consigo mesma, e que a permite repensar suas próprias atitudes, se deu em grande parte pelos convites insistentes da coordenadora do Grupo de Mulheres, convite ao qual ela se dispôs retribuir, participando nas missas aos sábados com certa assiduidade. No entanto, Berenice apresenta um dado importante acerca da situação na qual a retribuição é deixada de lado, quando as necessidades familiares sobrepujam às religiosas.

Para receber sua sacola do Programa Fome Zero, Berenice precisou participar dos encontros do Grupo de Mulheres, que se realizam uma vez por semana na comunidade católica do loteamento onde mora, sendo a presença nas missas uma atitude espontânea de sua parte, ou seja, não há exigência de frequência nas celebrações, mas, mesmo assim, Berenice opta por aderir à doutrina católica. As consequências desta opção estão presentes no seu relato abaixo, e demonstram as negociações avaliadas enquanto eficazes para a consolidação dos vínculos com profissionais e voluntários:

Eu era de outra religião, eu era da umbanda. [...] Quando eu entrei pro grupo pra fazer o cursinho, e receber a sacola a D. Eliete sempre convidava, e eu, aí eu não vou, e é sábado, ficar com a família, não vou. Agora eu comecei a ir e cada vez que eu ia o frei sempre falava alguma coisa que aquilo parece que servia pra mim, sabe? Sempre tirava alguma coisa daquilo ali, como se fosse

uma lição pra mim [...] não vou todos, não vou dizer que eu vou todos os sábados que eu não vou mesmo.

Numa outra situação, esta postura em relação ao caráter religioso de certos programas e serviços da assistência, se combinam à compreensão e validação do ponto de vista dos voluntários que colaboram na distribuição das sacolas do Fome Zero. Nesse caso, a compreensão das expectativas pelas famílias é interpretada como uma estratégia de compensação ao doador diante do recurso recebido. Elaine observa também que neste ato está implícita sua adesão em responder às expectativas dos voluntários, no que implica sua participação em cultos que antecedem a distribuição dos alimentos:

[...]ela (a coordenadora do centro comunitário) gosta que assiste o culto, e eu não tiro a razão dela. O que que custa aquilo ali é quarenta e cinco minutos?. A gente até se alivia a cabeça ouvindo a palavra, cantando os hinos. Ai eu vou, assisto o culto, pego a sacola e me venho embora pra casa.

Assim, a participação em um culto, missa ou grupo de mulheres se apresenta como retribuição face às doações que foram ou que serão recebidas (CAILLÉ, 2002). Trata-se antes de uma recompensa mútua, prova do estabelecimento de um vínculo, de um agradecimento pela consideração e lembrança dadas primeiramente pelas preocupações daqueles que se ocupam com as necessidades da família.

Num outro sentido, devem ser pensadas as situações em que as famílias rompem com a continuidade no estabelecimento das prestações, quando estas se negam a permanecer nos grupos e encontros que são colocados como condicionalidades para a inclusão nos benefícios. Nestes casos, são apresentadas diferentes situações em que se rompem as relações mútuas entre famílias e voluntários / profissionais. Tem-se em certas entrevistas a revelação de humilhações que apresentam até que ponto podem ser negociadas as condições para o recebimento de determinado benefício, mesmo quando a situação que se vive no momento seja de instabilidade e de dificuldade. Exemplos de situações dessa natureza foram encontrados na família de D. Dirlene, que narrou a seguinte situação:

Numa igreja que tem pra cá, no fim do Areal, ai eu fui, e ainda fui com a minha sobrinha, a Raquel. Ai chegamos lá, houve uma palestra, ai foi servido o chá, ai que eu ganhei. Fui duas vezes só, mas também já não fui mais, por causa que as mulheres, ah, porque a gente não manda vocês fazerem um monte de filhos, vocês fazem muitos filhos, pra dar pra uma tem que dar pra todas. Aquilo dali já, pra mim eu tenho filho, então já que eu tenho 5 filhos, eu já não vou mais. [...] Que eu recebia 04 batata doce, um repolho, um pedaço de

abóbora, um quilo de arroz, um quilo de feijão [...] Eu sou assim, se tu me mandar num lugar, eu chegar lá no lugar, e dizer assim, a Dirlene vai chegar lá, vai ter a palestra, [...] mas já cheguei lá de cara e a mulher já, porque a senhora não precisa, porque a senhora é gorda. Então eu já não venho mais.

E seu marido complementa a fala de Dirlene justificando a desistência do recebimento da sacola, porque além de sofrer estas humilhações ela “ainda tinha o compromisso de limpar a igreja”.

Já em outra família, a vivência de situações igualmente humilhantes justifica as opções familiares de se negarem a retornar novamente, deixando implícita a desistência da ajuda até então considerada importante. Neste caso temos a família de Viviane que, ao procurar pela sacola de alimentos distribuída por uma igreja, independente do Programa Fome Zero, resolveu desistir quando o questionamento sobre seus hábitos de fumar e de se utilizar de telefone celular são expostos publicamente. Paralelamente a este registro, ela conta que outras famílias também sofriam os mesmos tratamentos degradantes por parte dos coordenadores desta igreja:

Ela não podia ver assim ninguém fumando que ela já assim, se tem dinheiro pra comprar cigarro tem dinheiro pra comer. [...] Eu acho que tá errado isso aí. O que que ela quer tá mandando nos outros? Agora não pode ter celular? Tudo bem que a gente tá precisando, mas a gente não tá morrendo de fome. [...] Chamou nós de vileira!

A situação vivenciada por Berenice se afasta dos demais relatos na medida em que ela própria não sofreu os rebaixamentos recebidos como as outras mulheres, mas ela faz do seu relato uma forma de denúncia e indignação diante dos frequentes desrespeitos a que eram submetidos seus colegas de grupo. Na sua avaliação a pessoa responsável pela distribuição das sacolas era “*malvada*”:

Eu acho que ela é malvada porque deixava a gente um baita tempo no sol, às vezes até com criança pequena, uma senhora com problema de coração, fez ela capinar, um senhor também com problema de coluna, coitado do velhinho tirou ele da sacola [...] Eu acho que pessoas que tem assim problemas de saúde grave não tem como ficar horas e horas no sol, e ainda com a enxada porque força a coluna [...] eu acho assim que as pessoas tem que ter consideração com as pessoas de mais idade.

As relações tradicionais vivenciadas pelos grupos estudados e evidenciadas neste estudo questionam profundamente nossa capacidade de relativização. Neste sentido, e aqui mais uma vez se utilizando de Cláudia Fonseca (2000), são postos

os limites de viver num país com expressivas desigualdades sociais. A aceitação de outros modos de viver nem sempre é tão pacífica, e aqui se desejou apresentar uma face etnocêntrica destas manifestações. Os contatos com tais universos sociais de grupos populares apresentam algumas características que persistem, muito embora as orientações da assistência procurem reverter este cenário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou apresentar parte da discussão desenvolvida na dissertação de mestrado "Acessos, reciprocidades e inclusões: estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares em Pelotas/RS". Ao focar as práticas compartilhadas por famílias, e especialmente mulheres-mães pertencentes a grupos populares, este artigo desejou problematizar o acesso e a inclusão destas nos programas de assistência em duas vilas da cidade de Pelotas.

Buscou relativizar a tônica presente no discurso do caráter universal de tais políticas, apresentando a perspectiva das famílias quando procuram por tais recursos, de modo a evidenciar as estratégias utilizadas para acessar tais recursos com mais fluidez. Vários foram os relatos que apresentaram tais dinâmicas, apontando para as diferentes faces que as relações das famílias com as políticas de assistência podem apresentar. Deste modo, as famílias ao dominarem tais códigos acabam por inserirem-se de modo estratégico, apresentando igualmente outros sentidos que podem ser acionados quando diante destas interações com profissionais e voluntários destas redes.

A presença constante das crianças nos mais diferentes ambientes institucionais evidencia sua importância não só no universo das famílias dos grupos populares, mas igualmente no universo da assistência. Em grande medida o critério "filhos menores" torna-se um "critério" fundamental para a seleção das famílias, e deste pode-se supor que sejam as crianças "a alma da vila" (PEREIRA, 2004). São as crianças que mobilizam as mulheres a irem ao encontro dos programas, projetos, instituições, assim como do mesmo modo é em boa medida pelas crianças que as redes de assistência são constituídas.

Adotou-se o paradigma do dom, como referencial interpretativo de tais ações, entendendo-se as mesmas como dádivas trocadas numa rede de relações que se estabelecem entre famílias e redes de assistência, cujo princípio, previsto a partir de uma visita, do preenchimento de um cadastro, instaura as condições para a consolidação de laços de proximidade que poderão levar à inclusão em programas e serviços da assistência.

Na etnografia visualizou-se a perspectiva teórica adotada, apresentando as lógicas das ações pelas quais se orientavam os sujeitos envolvidos nas redes de assistência, pautadas, sobretudo, nas expectativas de fidelidade e confiança no outro, sendo o recebimento do benefício uma consequência resultante.

Nesse contexto, pensar as mediações entre os 'de cima' (FONSECA; BRITES, 2006) é uma situação já reconhecidamente possível de se realizar, e alguns estudos já confirmam e reforçam a hipótese. O que no estudo, portanto, apresentava-se como desafio era pensar as mediações entre os 'de baixo'. Contudo, essa dúvida foi-se desfazendo aos poucos e na medida em que se desenvolveram as reflexões teóricas, o que conduziu a um redimensionamento do próprio conceito neste estudo.

As mediações, e, por conseguinte, a capacidade de lidar com diferentes códigos culturais, num processo de metamorfose (VELHO e KUSCHNIR, 2001), tornaram-se evidentes através da análise das trajetórias vivenciadas por diferentes famílias, nas quais a mediação era visualizada como forma de retribuição aos recursos sociais recebidos através das redes de assistência. A ocorrência das mediações estava, deste modo, inscrita nas relações entre mulheres, e se tornava possível a partir do deslocamento realizado por aquelas que já acessavam os programas e serviços da assistência, em direção às que desejavam inserir-se, sendo assim, uma forma de chegada até profissionais e voluntários. Por outro lado, a existência destes mediadores para os profissionais e voluntários das redes de assistência, na medida em que possibilitam a aproximação de novas famílias, indicavam a probabilidade de se obter eficácia garantida nas ações de intervenção desenvolvidas pela assistência social.

Assim, utilizar a pesquisa etnográfica como um instrumento de análise em contextos de desigualdade social, como no caso investigado, de grupos populares, constitui-se numa forma importante de relativização e reflexão sobre a diversidade cultural. As intervenções realizadas nessas famílias, movendo-se pela retórica dos direitos, não se dão unilateralmente, ou sem conflitos. O que se desejou mostrar era justamente que as famílias, ao se disporem a acessar os programas e serviços das redes de assistência, o fazem conscientes de que negociações e representações sociais deverão ser acionadas para que as trocas sejam efetivas e surtam os efeitos desejados.

NOTAS

*Docente EBTT (Ensino Básico, Técnico e Tecnológico) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Campus Pelotas – Visconde da Graça. Mestre em

Ciências Sociais. Rua Nery Demari Sias, 771 – Jardim das Tradições. CEP: 96081-080. Pelotas – RS.

fabiolapereira@cavg.ifsul.edu.br

¹As redes de assistência compreendem um universo de programas e serviços dirigidos em sua maioria às famílias de grupos populares, e entre eles podemos citar: Programa Bolsa Família, Fome Zero, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Agente Jovem, Apoio Sócio Educativo em Meio Aberto, Pastorais Sociais, Grupos de Mulheres, Grupo Autônomo das Mulheres de Pelotas, Apoio Sócio Educativo às Famílias, Conselho Tutelar, entre outros.

²Escuta de campo em reunião com equipe técnica de uma organização governamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRITES, Jurema e FONSECA, Cláudia (Orgs.). **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos. In: **O saber local**: novos ensaios de antropologia interpretativa. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

PEREIRA, Fabíola Mattos. **As crianças são a alma da vila**: estudo sobre a gravidez na juventude de homens e mulheres de classes populares, Pelotas /RS. 2004. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Rio Grande do Sul.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina. (Orgs.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

Artigo recebido para publicação em 30 de julho de 2012